

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ao exercício de 2018. **Política de distribuição de dividendos:** Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado conforme legislação em vigor. **Índice de Basileia:** O Conglomerado Credit Suisse Brasil aplica seus limites operacionais de forma consolidada. O índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2019 foi de 22,34% (2018 - 21,85%). **Gerenciamento de riscos:** O processo de gerenciamento de riscos do Conglomerado Credit Suisse Brasil está baseado em uma cultura de disciplina e transparência, visando uma abordagem prudente e apropriada na tomada de decisões. A Diretoria estabeleceu controles e limites, com o objetivo de identificar, mensurar, mitigar e gerir os riscos do grupo. Em atendimento à regulamentação do Banco Central do Brasil, estarão disponíveis em nosso site na

internet, a partir de 30 de Março de 2020, as informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido, de que trata a Resolução nº 4.199/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e à adequação do Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.192/13, assim como a descrição do processo de gestão de capital de que trata a Resolução CMN nº 4.557/17, no endereço: <https://br.credit-suisse.com/site/publico/governanca/riscos.seam>.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2019	2018
Circulante		1.246.445	1.315.767
Disponibilidades	5	1	1
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5/6	296.371	302.545
Aplicações no mercado aberto.....		296.371	302.545
Títulos e valores mobiliários	7	410.745	184.343
Carteira própria.....		97.023	69.807
Vinculados à prestação de garantias.....		313.722	114.536
Outros créditos		539.164	828.682
Rendas a receber.....		1.404	1.378
Negociação e intermediação de valores.....	8	517.910	811.577
Diversos.....	9	19.850	15.727
Outros valores e bens		164	196
Despesas antecipadas.....		164	196
Realizável a longo prazo		6.825	6.653
Outros créditos		6.825	6.653
Rendas a receber.....		182	246
Diversos.....	9	6.643	6.407
Permanente		2.304	3.010
Investimentos		1	1
Outros investimentos.....		1	1
Imobilizado		2.252	2.911
Imobilizado de uso.....		7.977	7.821
Depreciações acumuladas.....		(5.725)	(4.910)
Intangível		51	98
Ativos intangíveis.....		406	406
Amortizações acumuladas.....		(355)	(308)
Total do ativo		1.255.574	1.325.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2019	2018
Circulante		908.983	1.012.877
Outras obrigações		908.983	1.012.877
Sociais e estatutárias.....	10a	29.683	18.028
Fiscais e previdenciárias.....	10b	28.576	13.263
Negociação e intermediação de valores.....	8	815.069	944.437
Diversas.....	10c	35.665	37.149
Exigível a longo prazo		17.235	16.454
Outras obrigações		17.235	16.454
Sociais e estatutárias.....	10a	9.475	9.384
Negociação e intermediação de valores.....	8	-	60
Diversas.....	10c	7.760	7.010
Patrimônio líquido	13	329.356	296.099
Capital social de domiciliados no país.....		210.000	210.000
Reservas de lucros.....		120.137	87.519
Ajustes de avaliação patrimonial.....		(781)	(1.420)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.255.574	1.325.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Semestre 2019	Semestre 2018	Exercícios 2019	Exercícios 2018
Receitas da intermediação financeira		31.658	50.969	26.928	29.808
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....		31.219	49.790	29.808	29.808
Resultado com instrumentos financeiros derivativos.....		439	1.179	(2.152)	-
Despesas da intermediação financeira		(29.982)	(49.300)	(18.664)	(18.664)
Operações de empréstimos e repasses.....		(29.982)	(49.300)	(18.664)	(18.664)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.676	1.669	8.264	8.264
Outras receitas (despesas) operacionais		27.608	69.334	51.944	51.944
Receitas de prestação de serviços.....	16a	118.797	214.954	173.720	173.720
Despesas de pessoal.....		(65.662)	(98.261)	(84.629)	(84.629)
Outras despesas administrativas.....	16b	(12.425)	(24.050)	(19.589)	(19.589)
Outras receitas operacionais.....		(12.337)	(22.642)	(18.352)	(18.352)
Outras despesas operacionais.....		1.897	2.232	1.861	1.861
Outras despesas operacionais.....		(2.661)	(2.899)	(1.057)	(1.057)
Resultado operacional		29.284	71.003	60.208	60.208
Resultado não operacional		-	-	(8)	(8)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		29.284	71.003	60.208	60.208
Imposto de renda e contribuição social	15	(11.250)	(27.805)	(28.871)	(28.871)
Provisão para imposto de renda.....		(17.235)	(20.032)	(11.084)	(11.084)
Provisão para contribuição social.....		(11.121)	(12.335)	(6.083)	(6.083)
Ativo fiscal diferido.....		17.106	4.562	(1.704)	(1.704)
Lucro líquido do semestre/exercício		18.034	43.198	31.329	31.329
Lucro líquido por ação em circulação do capital social - R\$		184,02	440,80	319,68	319,68

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Semestre 2019	Semestre 2018	Exercícios 2019	Exercícios 2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais	18.034	43.198	31.329	31.329
Lucro líquido do semestre/exercícios	(15.223)	(2.210)	12.773	12.773
Depreciações e amortizações.....	414	863	910	910
Impostos e contribuições diferidos.....	(17.106)	(4.562)	11.704	11.704
Provisão de passivos contingentes.....	1.469	1.489	151	151
Prejuízo na baixa de imobilizado.....	-	-	8	8
Lucro líquido do semestre/exercícios ajustado	2.811	40.988	44.102	44.102
Variações patrimoniais	(126.170)	(39.567)	70.925	70.925
Títulos e valores mobiliários.....	(175.088)	(227.395)	120.796	120.796
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	-	(70)	(70)
Outros créditos.....	61.303	293.905	(251.500)	(251.500)
Outros valores e bens.....	6	32	55	55
Outras obrigações.....	(5.746)	(88.791)	218.955	218.955
Juros recebidos.....	69	993	3.076	3.076
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(6.714)	(18.311)	(20.387)	(20.387)
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	(123.359)	1.421	115.027	115.027
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(157)	(155)	(66)	(66)
Aquisição de imobilizado de uso.....	(157)	(155)	(66)	(66)
Caixa (utilizado) pelas atividades de investimento	(157)	(155)	(66)	(66)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	(7.440)	(155.356)	(155.356)
Dividendos e bonificações pagos.....	-	(7.440)	(155.356)	(155.356)
Caixa utilizado pelas atividades de financiamento	(157)	(155)	(66)	(66)
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(123.516)	(6.174)	(40.335)	(40.335)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(123.516)	(6.174)	(40.335)	(40.335)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios.....	419.888	302.546	342.941	342.941
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios.....	296.372	296.372	302.546	302.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Reservas de lucros legal estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2018	210.000	39.553	168.094	(1.114)	416.533
Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	-	(306)	(306)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	31.329	31.329
Destinações:					
Reserva legal.....	-	1.566	-	(1.566)	-
Reserva estatutária.....	-	-	22.323	(22.323)	-
Dividendos.....	-	-	(144.017)	(7.440)	(151.457)
Em 31 de dezembro de 2018	210.000	41.119	46.400	(1.420)	296.099
Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	-	43.198	43.198
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	639	639
Destinações:					
Reserva legal.....	-	881	-	(881)	-
Reserva estatutária.....	-	-	31.737	(31.737)	-
Dividendos.....	-	-	-	(10.580)	(10.580)
Em 1º de janeiro de 2019	210.000	42.000	78.137	(781)	329.356
Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	-	639	639
Lucro líquido do semestre.....	-	-	-	18.034	18.034
Destinações:					
Reserva legal.....	-	881	-	(881)	-
Reserva estatutária.....	-	-	31.737	(31.737)	-
Dividendos.....	-	-	-	(10.580)	(10.580)
Em 31 de dezembro de 2019	210.000	42.000	78.137	(781)	329.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") tem por objeto todas as atividades permitidas às sociedades corretoras, operando na intermediação de títulos e valores mobiliários em Bolsa de Valores e de Mercadorias. A Corretora é empresa integrante do Conglomerado Credit Suisse Brasil, cujo controlador é o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. e suas operações são conduzidas dentro desse contexto.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As práticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), que considera os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, regulamentados pelo Bacen até o momento. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros da Corretora. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira dos mesmos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. As demonstrações financeiras do semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela administração e submetidas ao Comitê de Auditoria em 03 de Março de 2020.

3. Descrição das principais práticas contábeis: a. O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. b. Ativos e passivos circulantes e a longo prazo, exceto títulos e valores mobiliários, são demonstrados pelos valores de realização e liquidação, respectivamente, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridos (em base "pro rata" dia) até a data do balanço, deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou provisões para perdas, quando aplicável. c. Caixa e equivalentes de caixa - são considerados como caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e as aplicações interfinanceiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, cujos prazos de liquidação na data de aquisição eram de até noventa dias. d. Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados nas seguintes categorias: • Títulos para negociação a curto prazo com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento, pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas reconhecidos no resultado do exercício; • Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como títulos para negociação nem como títulos mantidos até o vencimento. São apresentados pelo valor de mercado, sendo os rendimentos nominalmente reconhecidos no resultado do exercício e as variações do valor de mercado em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos (em base "pro rata" dia) reconhecidos no resultado do exercício. e. As operações com instrumentos financeiros derivativos são contabilizadas da seguinte forma: • Os ajustes diários no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidos ou incorridos; • Os prêmios pagos ou recebidos nas operações com opções são registrados, até a liquidação das mesmas, em contas patrimoniais (CMN), o imobilizado é registrado em contrapartida ao resultado; • Os ativos e passivos decorrentes de operações de swaps são registrados em contas patrimoniais pelo valor contábil, ajustados a mercado em contrapartida ao resultado; e • A provisão para spread de risco de crédito ("Credit Valuation Adjustment" - CVA) para os instrumentos financeiros derivativos é calculada sobre o somatório do valor de mercado dos derivativos e seus respectivos ganhos potenciais futuros, conforme Circulares Bacen nº 3.644/13 e nº 3.849/17. f. Critérios para apuração do valor de mercado - o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é calculado com base em: • Cotações de preços de mercado ou de agentes de mercado; • Modelos de precificação que utilizam como base o preço determinado para outros instrumentos financeiros com características semelhantes, divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.) ou associações de classe; e • Modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que utilizam métodos matemáticos de interpolação de taxas para prazos intermediários. g. Imobilizado - conforme previsto na Resolução nº 4.535/16 do Conselho Monetário Nacional (CMN), o imobilizado corresponde aos bens tangíveis próprios e as benfiterias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um ano. São reconhecidos pelo valor de custo e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A taxa de depreciação dos bens imobilizados é feita pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, e em conformidade com a referida norma. h. Negociação e intermediação de valores é demonstrada pelo valor das operações de compra e venda de ações e ativos financeiros realizadas na B3 S.A., por conta de clientes, pendentes de liquidação. i. Obrigações por empréstimo de ações - as ações tomadas por empréstimos são registradas em conta específica, valorizadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na bolsa de valores, acrescida dos encargos/rendimentos do empréstimo, apropriada no resultado. j. A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, e a contribuição social é calculada à alíquota de 15%. A alíquota da CSLL, para as empresas financeiras sofreu majoração de 5% para o período de setembro de 2015 até dezembro de 2018, passando para 20%, de acordo com a Lei nº 13.169/15. A partir de janeiro de 2019 a alíquota da CSLL retornou para 15%, conforme descrito na nota 15a. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as dívidas temporárias, o prejuízo fiscal e a base negativa. Esses impostos diferidos são reconhecidos à medida que seja provável que juros tributáveis futuros serão gerados para sua utilização, e são revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que a utilização desses benefícios fiscais não for mais provável. Os tributos diferidos passivos são calculados sobre as excedentes temporárias. k. Planos de remuneração de longo prazo - os prêmios atribuídos aos funcionários, relativos aos planos globais de remuneração de longo prazo, são registrados no resultado do exercício, em contrapartida a um passivo, à medida que suas condições, tais como a permanência na instituição, sejam cumpridas. Os ajustes desses passivos aos seus valores de realização também são registrados em contrapartida do resultado do exercício. l. Avaliação do valor recuperável - os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável no mínimo anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não serão recuperados no futuro. Não foram identificadas perdas no valor recuperável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. m. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir: • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que indiquem a garantia de sua realização, e sobre as quais não caibam mais recursos; • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados, nas demonstrações financeiras, conforme legislação vigente; e • Obrigações legais - quando existentes, são reconhecidas nas demonstrações financeiras, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito. Estão representadas por processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade. n. Em atendimento ao disposto pela Resolução CMN nº 4.277/13, são reconhecidos contabilmente os efeitos relativos ao apreamento dos instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado (títulos públicos federais, opções de ações e ações) para as empresas integrantes do Conglomerado Credit Suisse Brasil. o. Em atendimento ao disposto pela Resolução CMN nº 4.424/15, foram reconhecidos contabilmente os efeitos relativos ao passivo atuarial, com base no Pronunciamento Técnico CFP 33 (R1) - Benefícios a empregados, conforme apresentado na nota 11. A revisão das premissas e aplicação dos efeitos relativos a esse passivo atuarial são efetuadas anualmente. Os impactos do custo do serviço corrente e juros líquido sobre o valor líquido do passivo são registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

4. Gerenciamento de riscos: A gestão de riscos da Corretora é realizada por estrutura integrada de gestão de riscos (CRO) e é realizada de forma independente da atividade de negócios, pautada por políticas de governança, controles e processos. O Conglomerado definiu apetites de riscos quantitativos e qualitativos para os seus principais riscos tomados. O Conglomerado também realiza testes de estresse nos principais riscos tomados e os resultados são utilizados nos testes feitos no plano de capital. O Conglomerado possui Comitê de Riscos que se reúne periodicamente para discutir a utilização dos apetites, principais incidentes, mudanças regulatórias, dentre outros assuntos. As instituições integrantes do Conglomerado Prudencial Credit Suisse gerenciam seus principais riscos que são: a. Risco de mercado - é definido como o risco de perda de um valor financeiro de uma carteira devido às mudanças nos preços dos instrumentos financeiros. O risco decorrente da exposição de suas operações às flutuações de taxas de juros, de cotações de câmbio e de ações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas por moedas, juros e outros indexadores. O Conglomerado possui sua carteira de negociações com o intuito de atender a demanda de hedge e investimento dos seus clientes e atua como market maker em muitos mercados brasileiros. Toda a sua carteira de negociação é marcada a mercado utilizando preços, índices ou curvas obtidas diretamente do mercado. Para a gestão do risco de mercado, o Conglomerado utiliza ferramentas largamente conhecidas no mercado como o Value at Risk (VaR), onde analisa a perda potencial da carteira (metodologia de VaR) e calcula a perda financeira máxima em situações normais de mercado dado um determinado nível de confiança. Em complemento ao VaR, utiliza testes de estresse para calcular a perda esperada em momentos de estresse do mercado. O Conglomerado acompanha diariamente as sensibilidades de riscos a juros, câmbio, ações e a volatilidade destes, bem como calcula o VaR e o teste de estresse das suas carteiras. Excessos de limites são reportados tempestivamente à Diretoria que acompanha o reenquadramento das carteiras aos limites permitidos pela regulamentação vigente. O Conglomerado também acompanha o risco de taxa de juros da sua carteira de não negociação e possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente, onde se discute a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, excessos de limites, back testing de modelos, etc. b. Risco de liquidez - o risco de decapamento entre ativos e passivos em diferentes prazos e moedas de liquidação é gerenciado através de mecanismos que incluem a simulação de cenários e manutenção de limites mínimos de recursos aplicados em ativos líquidos. O Conglomerado possui política, definição de apetite e plano de contingência para o risco de liquidez. São usadas metodologias para o acompanhamento da liquidez até o determinado horizonte de tempo, segundo cenário base e cenários de estresse. O Comitê de Riscos discute a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, excessos de limites, back testing de modelos, etc. c. Risco operacional - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos é gerenciada por estrutura criada com essa finalidade, por meio do acompanhamento e da mensuração das perdas operacionais, bem como pela divulgação interna da cultura de monitoramento desse risco. O Conglomerado possui área para gestão do risco operacional, independente das áreas de negócios, que acompanha os riscos operacionais dos seus negócios bem como das

áreas de controle, analisa os casos onde houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Gerenciamento de Risco Operacional que se reúne periodicamente, onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias, etc. O Conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos, por exemplo, que simula situações onde os colaboradores não podem acessar o local de trabalho; e d. Gestão de capital - o processo de gerenciamento de capital do Credit Suisse leva em consideração o ambiente econômico no qual o Conglomerado atua e é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do Conglomerado. Esse processo visa assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias e seus riscos subjacentes, é efetuado de forma contínua objetivando manter uma base sólida de capital que suporte o desenvolvimento das atividades e os riscos incorridos, em condições normais ou extremas, e atende aos requerimentos regulatórios de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil. O processo de gerenciamento de capital é monitorado trimestralmente pelo comitê responsável pelo risco de mercado e liquidez e gerenciamento de capital, no qual são avaliados



Credit Suisse (Brasil) S.A.

Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

C.N.P.J. 42.584.318/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

14. Transações relevantes com partes relacionadas: As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.636/18 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05.

a. Transações com partes relacionadas: Os principais saldos mantidos com partes relacionadas estão demonstrados da seguinte forma:

Descrição Ativo	Natureza do relacionamento	2019		2018	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	Controlador	296.371	302.545		
Títulos e valores mobiliários	Relacionada	53.272	48.468		
Outros créditos:					
Negociação e intermediação de valores	Controlador	181.583	309.409		
Negociação e intermediação de valores	Relacionadas	207	15		
Rendias a receber - taxa de administração	Relacionadas	544	337		
Passivo					
Outras obrigações:					
Sociais e estatutárias	Controlador	10.580	7.440		
Negociação e intermediação de valores	Controlador	340.799	487.556		
Diversas - aluguel	Controlador	283	266		
Diversas - outros valores a pagar	Relacionadas	-	1.963		

Resultado

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	Controlador	18.611	19.445
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	Relacionada	5.251	5.414
Receita de prestação de serviços - corretagem	Controlador	2.186	2.174
Receita de prestação de serviços - corretagem	Relacionadas	10.564	9.141
Receita de prestação de serviços - taxa de administração	Relacionadas	5.605	10.478

b. Remuneração do pessoal chave da administração: • Benefícios de curto prazo: Na Assembleia Geral Ordinária é estabelecida a remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram registrados benefícios de curto prazo referentes a honorários no valor de R\$ 1.600 (2018 - R\$ 1.527) e seus respectivos encargos de R\$ 360 (2018 - R\$ 344). Foi provisionado no exercício de 2019, o montante de R\$ 1.079 referente a gratificações (2018 - R\$ 1.752). • Benefícios de longo prazo: As empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Credit Suisse no Brasil participam de planos globais de remuneração de longo prazo, em especial do plano global de ações do Credit Suisse Group ("CSG"). Esses planos envolvem a atribuição aos funcionários e administradores de promessas de pagamentos futuros baseados em ações ou em outros ativos, desde que cumpridas determinadas condições, tais como sua permanência nas empresas. A liquidação destes planos é feita, em sua maior parte, através de pagamentos em dinheiro (crédito em

conta corrente bancária). Em 31 de dezembro de 2019, referente ao plano global de ações, foi registrado o valor de R\$ 1.264 (2018 - R\$ 888) e encargos sociais no valor de R\$ 284 (2018 - R\$ 200). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, referente a outros benefícios de longo prazo, foi registrado o valor de R\$ 673 (2018 - R\$ 477) e encargos sociais de R\$ 152 (2018 - R\$ 107).

15. Imposto de renda e contribuição social:

a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	71.003	60.200
Base de cálculo	71.003	60.200
Imposto de renda calculado à alíquota de 25% e contribuição social de 15% ⁽¹⁾	(28.401)	(27.090)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis, líquidas de receitas não tributadas	(772)	(622)
Incentivos fiscais	1.259	858
Efeito do aumento da CSLL ⁽²⁾	-	(2.017)
Ajuste de IR/CSLL do ano anterior ⁽³⁾	109	-
Total de imposto de renda e contribuição social do exercício	(27.805)	(28.871)

⁽¹⁾ A alíquota da CSLL para as empresas financeiras sofreu majoração de 5% para o período de setembro de 2015 até dezembro de 2018, passando para 20%, de acordo com a Lei nº 13.169/15. A partir de janeiro de 2019 a alíquota da CSLL retornou para 15%; ⁽²⁾ Refere-se à equalização da alíquota efetiva da CSLL em relação à alíquota de 20%; e ⁽³⁾ Recebimento de pedido de restituição de IRPJ.

b. Composição da rubrica de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Impostos diferidos		
Constituição (Realização) de crédito tributário sobre adições/exclusões temporárias líquidas	4.562	(10.742)
Constituição sobre base negativa de CSLL	-	(962)
Total de impostos diferidos	4.562	(11.704)
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(32.367)	(17.167)
Total de imposto de renda e contribuição social do exercício	(27.805)	(28.871)

c. Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os créditos tributários foram registrados de acordo com os critérios contábeis emanados pelo Banco Central do Brasil, considerando a expectativa de realização, o histórico de rentabilidade da Corretora e a expectativa de geração de lucros tributáveis em períodos subsequentes. Os valores de maior relevância dos créditos tributários sobre diferenças temporárias foram constituídos sobre provisões dos planos de remuneração de longo prazo e provisões indedutíveis.

	2018	Constituição	Realização	Patrimônio Líquido	2019
Diferenças temporárias	20.984	22.672	(18.110)	(426)	25.120
Total de créditos tributários	20.984	22.672	(18.110)	(426)	25.120
	2017	Constituição	Realização	Patrimônio Líquido	2018
Diferenças temporárias	31.498	27.638	(38.380)	228	20.984
Base negativa de CSLL	962	-	(962)	-	-
Total de créditos tributários	32.460	27.638	(39.342)	228	20.984

Os créditos tributários da CSLL, calculados sobre as adições temporárias e com previsão de realização a partir de junho de 2019, baseados em estudos técnicos de realização, foram constituídos considerando a alíquota de 15% nos termos da legislação vigente.

d. Expectativa de realização do crédito tributário

	2019			
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Valor presente
1º ano	11.287	7.252	18.539	17.741
2º ano	1.985	1.421	3.406	3.119
10º ano	1.985	1.190	3.175	2.044
Total	15.257	9.863	25.120	22.904

	2018			
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Valor presente
1º ano	8.804	5.822	14.626	13.734
2º ano	2.079	1.408	3.487	3.074
10º ano	1.795	1.076	2.871	1.529
Total	12.678	8.306	20.984	18.337

16. Outras informações: a. Receitas de prestação de serviços incluem, substancialmente, corretagens de operações realizadas na B3 S.A. no valor de R\$ 184.363 (2018 - R\$ 153.667), comissão de colocação de cotas no valor de R\$ 17.730 (2018 - R\$ 1.340) e taxas de administração de fundos de investidores externos no valor de R\$ 5.605 (2018 - R\$ 10.478). b. Outras despesas administrativas incluem, substancialmente, despesas de serviços do sistema financeiro no valor de R\$ 3.050 (2018 - R\$ 4.110), despesas de comunicações de R\$ 8.933 (2018 - R\$ 6.396), despesas de aluguel de R\$ 3.170 (2018 - R\$ 2.928), despesas com contribuições filantrópicas R\$ 1.858 (2018 - R\$ 862), despesas de depreciações e amortizações de R\$ 863 (2018 - R\$ 910), despesas de viagens de R\$ 2.137 (2018 - R\$ 1.814) e despesas de condomínio de R\$ 619 (2018 - R\$ 601). c. Limite de Basileia - O Conglomerado Credit Suisse no Brasil apura seus limites operacionais de forma consolidada. O índice de Basileia calculado com base no Conglomerado Prudencial, em 31 de dezembro de 2019, foi de 22,34% (2018 - 21,85%).

A DIRETORIA

Ruy Ayres de Almeida Freitas - Contador - CRC 1SP 178320/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria e ao Acionista da Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários - São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as mesmas responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da

Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejam e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos,

sem como obtenho evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de março de 2020.



Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/O-7